DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

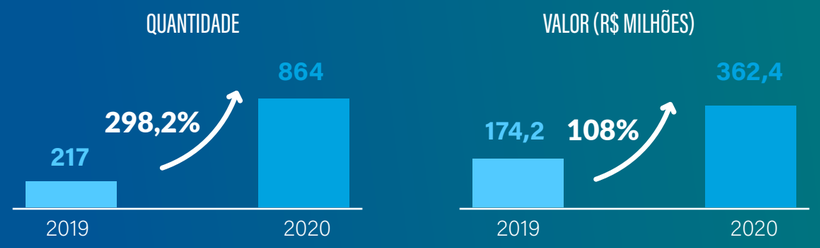
1º SEMESTRE DE 2020

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

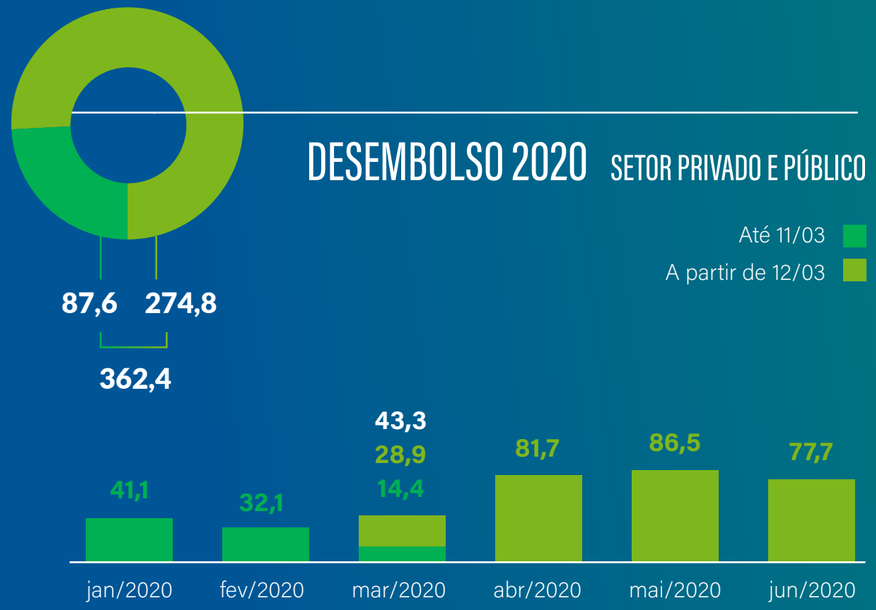
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda e Planejamento

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES

DESEMBOLSO 2019 x 2020 JAN A JUN



DESEMBOLSO 2020 SETOR PRIVADO E PÚBLICO



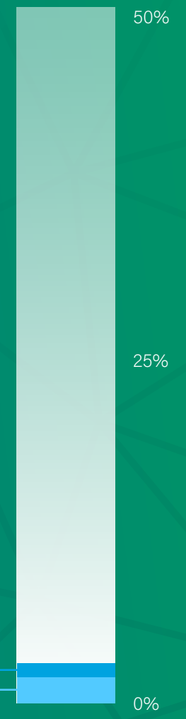
Nota: em R$ milhões

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência ficou em 1,85%, valor abaixo dos 2,88% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional

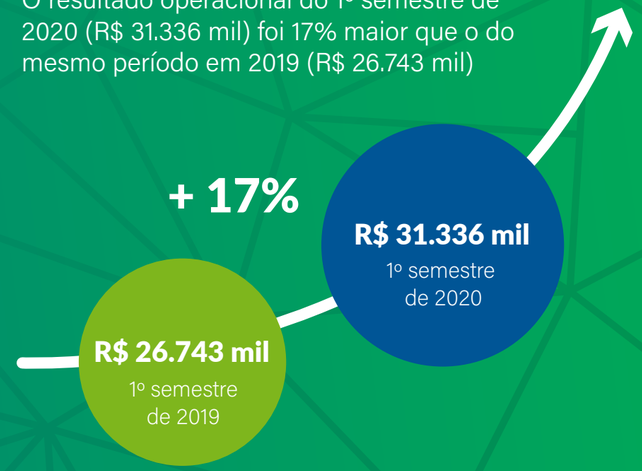
Índice registrado pela Desenvolve SP
1,85%

Índice registrado pelo Sistema Financeiro Nacional
2,88%



RESULTADO OPERACIONAL

O resultado operacional do 1º semestre de 2020 (R$ 31.336 mil) foi 17% maior que o do mesmo período em 2019 (R$ 26.743 mil)



RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

+ 126%

R$6.221 mil
1º semestre de 2019

X

R$14.101 mil
1º semestre de 2020

SUMÁRIO

A Relatório da Administração 1º semestre de 2020

1 Ficha Técnica - 30/06/2020 ____ 6

2 Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ____ 7

3 Estratégias de atuação ____ 9

4 Iniciativas da Desenvolve SP frente à crise gerada pela pandemia da covid-19 ____ 11

5 Desempenho operacional ____ 15

6 Desempenho financeiro ____ 17

7 Destaques do primeiro semestre de 2020 ____ 18

B Demonstrações Contábeis findas em 30 de junho de 2020

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis ____ 21

Balanço patrimonial ____ 26

Demonstrações dos resultados ____ 27

Demonstrações dos resultados abrangente ____ 28

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ____ 29

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto ____ 30

Notas explicativas às demonstrações contábeis ____ 31

1 Contexto operacional ____ 31

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis ____ 31

3 Principais práticas contábeis ____ 33

4 Caixa e equivalentes de caixa ____ 36

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ____ 36

6 Operações de crédito ____ 38

7 Outros ativos ____ 44

8 Imobilizado de uso e intangível ____ 45

9 Depósitos e demais instrumentos financeiros 46

10 Outros passivos 48

11 Patrimônio líquido 51

12 Desdobramento das contas de resultado 52

13 Imposto de renda e contribuição social 54

14 Transações com partes relacionadas 56

15 Provisões 56

16 Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) 57

17 Declaração de Apetite por Riscos (RAS) 57

18 Integração entre os riscos 57

19 Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital 58

20 Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital 58

21 Programa de Testes de Estresse 60

22 Relatórios 60

23 Limites Operacionais 60

24 Análise de Sensibilidade 62

25 Outras Informações 63

26 Eventos subsequentes 63

C Relatório do Comitê de Auditoria da Desenvolve SP

Introdução 65

Atividades realizadas no período 68

Recomendações apresentadas à diretoria e ao conselho de administração 68

Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos 69

Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna 69

Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis 70

Conclusões 70

D Parecer do Conselho de Administração

Parecer do Conselho de Administração 72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º SEMESTRE DE 2020

FICHA TÉCNICA

30/06/2020

11/03/2009
Início das atividades

Junho de 2009
Primeira operação

156
colaboradores

R$ 1,042 bilhão
Capital social

R$ 1,136 bilhão
Patrimônio líquido

R$ 362 milhões
Desembolso no 1º semestre de 2020

R$ 3,940 bilhões
Desembolso acumulado*

4.119
clientes atendidos*

407
municípios atendidos*

64,21%
Índice de Eficiência

3,22%
ROAE

R$ 1,441 bilhão
Saldo da Carteira de Crédito

R$ 1,937 bilhão
ativos totais

6.429*
operações

1,85%
Índice de Inadimplência

*Período: 11/03/2009 – 30/06/2020

2

DESENVOLVE SP
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A Desenvolve SP, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade fim é o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

A instituição, que completou onze anos de atuação em março, possui sede na capital do estado de São Paulo, com capital integralizado de R$ 1 bilhão.

A diretoria da Desenvolve SP é composta pelos seguintes dirigentes: Nelson Antônio de Souza, Presidente, e Lucia Helena da Silva, Diretora de Negócios e Fomento. O Presidente Nelson Antônio de Souza acumula temporariamente a Diretoria Administrativa, de Projetos e Processos e a Diretoria Financeira e de Crédito.

O Relatório da Administração do primeiro semestre de 2020 destaca as ações tomadas pela Desenvolve SP em decorrência dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, o que gerou uma forte crise no sistema econômico do Estado de São Paulo, assim como no mundo todo. A Desenvolve SP, como braço financeiro do Estado, teve papel fundamental no enfrentamento da crise, facilitando as condições de financiamento às empresas paulistas.

2.1
Atuação Institucional alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Desenvolve SP, como membro titular da "Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", criada pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto Estadual nº 64.148, de 19 de março de 2019, conduz seus negócios seguindo os princípios da boa governança e a constante preocupação com a ética, de forma a se tornar parceira e corresponsável pelo desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da Desenvolve SP foi revisada em junho de 2020, tendo em vista a necessidade de adequação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e frente aos novos desafios apresentados à instituição.

2.2
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Prevenção à Lavagem de Dinheiro

No primeiro semestre de 2020, foi realizado o trabalho de avaliação do ambiente da Desenvolve SP em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, a partir dos resultados, foi iniciado o trabalho de promoção das adequações necessárias.

Com relação à Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a Desenvolve SP está adequando os seus procedimentos para que fiquem aderentes ao disposto na Circular Bacen nº 3.978, que entrará em vigor em 01/10/2020.

2.3
Público-alvo

A Desenvolve SP atende às empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R$ 81 mil até R$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

Periodicamente, a Desenvolve SP realiza a revisão do Planejamento Estratégico. Devido ao forte impacto econômico de amplitude mundial causado pela pandemia, excepcionalmente, a Desenvolve SP reviu seu plano de atuação e remodelou suas linhas de crédito para auxiliar as empresas do estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos financeiros do Covid-19.

A Desenvolve SP trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa financiada. Para isso, a instituição opera por meio de linhas de financiamento, fundos de investimento, parcerias, entre outros, tendo como foco os itens detalhados a seguir:

INOVAÇÃO

Investir em inovação é fundamental para qualquer empresa que quer se destacar num mercado cada vez mais competitivo. Adotar um planejamento no qual o foco principal seja a inovação pode garantir o crescimento da empresa no longo prazo.

Os desembolsos voltados para inovação atingiram a marca de R$ 234,5 milhões no acumulado histórico, sendo que neste primeiro semestre foram desembolsados R$ 16,2 milhões.

R$16,2 milhões

desembolsados no primeiro semestre

R$234,5 milhões

no acumulado histórico

MICROCRÉDITO

492 municípios

beneficiados no primeiro semestre

Desde a transferência da gestão e da carteira do Fundo Banco do Povo Paulista para a Desenvolve SP, até junho de 2020, foram desembolsados R$ 494,1 milhões, por meio de 50,9 mil contratos, beneficiando 492 municípios. Somente no primeiro semestre de 2020, foram desembolsados R$ 153,6 milhões para 10,6 mil microempreendedores, o que representou um aumento de 118,6% em desembolsos.

Cumpre destacar que, para a continuação do Programa Juro Zero Empreendedor (PROMEI), uma parceria entre o Sebrae-SP e o Banco do Povo Paulista, foram desembolsados, de agosto de 2017 até junho de 2020, R$ 20,5 milhões para 1,7 mil Microempreendedores individuais (MEIs).

Neste semestre, foi assinado novo convênio entre o Banco do Povo Paulista e o Sebrae-SP, fortalecendo a parceria entre as instituições envolvidas, para a operacionalização do Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios, o qual tem como escopo promover a concessão de financiamentos para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte atendidos, a fim de ampliar os resultados positivos já obtidos no âmbito do Programa Juro Zero Empreendedor (PROMEI). Nesse sentido, foi aportado, inicialmente, o montante de R$ 50 milhões. Em junho de 2020, início da operacionalização do Programa, foi desembolsado R$ 1,1 milhão para 60 beneficiários.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Aumento de

163%

nos valores desembolsados em relação a 2019

748

micro e pequenas empresas atendidas

Aumento de

342,6%

na quantidade de empresas atendidas

No primeiro semestre de 2020, a Desenvolve SP patrocinou o projeto "Guia de Investimentos São Paulo 2020/2021". A publicação tem como objetivo promover os programas estratégicos do Governo Estadual, no que tange ao papel da cadeia, em especial das micro, pequenas e médias empresas, que resulta no desenvolvimento econômico sustentável e eficiente e que reduz as diferenças regionais.

Neste semestre, a Desenvolve SP desembolsou R$ 108,6 milhões, valor 163% superior ao realizado no mesmo período de 2019, para 748 micro e pequenas empresas, 342,6% mais que o mesmo período em 2019, consolidando assim as micro e pequenas empresas como seu público alvo.

PREFEITURAS

Para Captação de novos Projetos, tendo como foco os programas Vale do Futuro e Crédito Turístico, a Desenvolve SP realizou neste semestre cerca de 80 visitas, captando R$ 275 milhões em novos pleitos.

Para o Programa de Crédito Turístico, foram desembolsados R$ 94,7 milhões para 69 municípios. Já para o Programa Vale do Futuro, a Desenvolve SP desembolsou, neste semestre, R$ 5,6 milhões para 12 municípios.

COBRANÇA

Apesar do cenário de pandemia, as ações de cobrança e jurídica contenciosa da Desenvolve SP mantiveram-se proativas, visando resguardar a instituição da efetivação de prejuízos e manter a qualidade dos créditos já concedidos.

Neste contexto, o Banco Central antecipou medidas que permitiam às instituições financeiras manter a oferta de crédito e, assim, minimizar os impactos da Covid-19 na atividade econômica. Uma dessas medidas ficou refletida na Resolução CMN nº 4.782, de 16 de março de 2020, que permitiu à Desenvolve SP analisar a situação de contrapartes que são economicamente viáveis, mas que estavam sofrendo dificuldades financeiras por conta da pandemia de Covid-19, permitindo que o pagamento de parcelas de seu contrato de financiamento fosse suspenso durante determinado período (*standstill*).

Além disso, considerando todo o cenário apresentado, a régua de cobrança foi dilatada, visando interromper a negativação dos devedores não contumazes em cadastros restritivos, bem como o encaminhamento de parcelas de títulos de crédito desses devedores para o cartório de protestos.

Paralelamente a tudo isso, as unidades de cobrança e jurídica da instituição têm unido forças para buscar renegociações e acordos com os clientes que já estavam em situação irregular, visando à recuperação do crédito de uma forma eficiente e ao atingimento da eficácia desejada.

FUNDING

Captação de

US$ 50 milhões

junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina

No primeiro semestre, a Desenvolve SP deu andamento à captação junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no valor de U$ 50 milhões, a serem desembolsados no segundo semestre de 2020, com prazo de até 6 anos para pagamento. A captação tem foco em projetos de investimento com conteúdo de sustentabilidade, estando alinhada aos ODS.

Além da CAF, há ainda outras 2 captações em negociação:

- International Finance Corporation (IFC), com foco no Projeto Rio Pinheiros;
- New Development Bank (NDB), com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), com foco em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, com conteúdo de sustentabilidade.

INICIATIVAS DA DESENVOLVE SP FRENTE À CRISE GERADA PELA PANDEMIA DA COVID-19

A Desenvolve SP, como protagonista, vem cumprindo com seu papel de instituição financeira do Governo do Estado, e lançou medidas de crédito relevantes a fim de combater os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19, proteger as empresas e preservar o emprego e a renda, tais como:

- Redução da taxa de juros da linha de capital de giro com recursos próprios de a partir de 1,43% para a partir de 1,20% ao mês;
- Aumento do prazo do financiamento de 36 para 42 meses e a carência foi de três para nove meses, para as linhas com recursos próprios;
- Financiamentos de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas paulistas com faturamento anual entre R$ 81 mil e R$ 10 milhões (preferencialmente), que atendam aos requisitos vigentes na política de crédito da instituição;
- Condições diferenciadas para setores altamente impactados como turismo, cultura, economia criativa e CNAEs selecionados do comércio: taxa fixa de 1,20% ao mês, prazo de 60 meses e carência de 12 meses, na linha com recursos próprios;
- Implantação da linha de giro isolado com recursos do Fungetur;
- Alteração na linha Crédito Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Pequenas Empresas, de modo a atender, além de micro e pequenas, também médias empresas com faturamento de até R$ 90 milhões por ano. O prazo foi alterado para 60 meses com carência de até 12 meses.

Com as linhas com condições diferenciadas para combater os resultados negativos na economia em decorrência da Covid-19, a Desenvolve SP desembolsou R$ 103,3 milhões para 419 empresas entre março e junho, tendo um *ticket* médio de R$ 246,5 mil.

Standstill

Dentre as ações para enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia de Covid-19, a Desenvolve SP aprovou a adoção do *Standstill*, ou seja, a possibilidade de concessão da suspensão temporária dos pagamentos devidos para evitar o colapso das empresas paulistas, bem como para evitar que o caso fortuito – a pandemia de Covid-19 – prejudicasse a estabilidade dessas empresas e o resultado da instituição.

Atendimento aos clientes

Atendendo às regras de distanciamento social, o atendimento aos clientes da Desenvolve SP passou a ser virtual. As visitas *in loco* foram substituídas por reuniões via videoconferência e as apresentações dos consultores de negócios foram realizadas através de *"lives"* a convite de entidades de classe.

O atendimento às Prefeituras foi feito através dos serviços de comunicação a distância, com o intuito de solucionar dúvidas e direcionar pleitos. Além disso, o Setor Público prestou auxílio ao Setor Privado através dos Agentes Públicos, que têm interlocução com os empresários da região e, com isso, atuam como um agente facilitador para o encaminhamento de projetos para o Setor Privado.

A crise enfrentada pelas empresas paulistas impactou na demanda de solicitações de financiamentos e, para isso, a Desenvolve SP criou uma "força tarefa", remanejando colaboradores de outras áreas para a linha de frente, composta pelas equipes de negócios, análise de crédito e suporte a operações.

No âmbito interno, a Desenvolve SP intensificou ainda mais sua atenção para as pessoas realizando ações com o objetivo de protegê-las e preservar os negócios da instituição:

- Criação de um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à Pandemia de Covid-19;
- Cancelamento de todas as viagens e reuniões presenciais e substituição por encontros virtuais através das ferramentas disponibilizadas pela empresa;
- Adesão às recomendações de quarentena, com atividades em *Home Office* para, em média, 80% de todo o quadro de colaboradores que atuam nas dependências da empresa;
- Distribuição de aproximadamente 2 mil máscaras de proteção facial e álcool 70% de bolsa (50ml) e de mesa (440g) para todos os colaboradores, compra de 20 oxímetros e 20 termômetros, deixados à disposição dos colaboradores;
- Monitoramento de pessoas em férias, afastadas, equipes de pessoas com teste positivo para Covid-19 e acompanhamento dos casos existentes;
- Autorização de horário flexível para pessoas que precisam realizar suas atividades na empresa e substituição do transporte público por reembolso de despesas com transporte individual ou particular.

4.1 Linhas de Financiamento

A Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 22 linhas de financiamento para o setor privado que atendem diversas áreas e atividades, financiando desde capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernização, incluindo projetos inovadores e sustentáveis.

22
linhas de financiamento
para o setor privado

11
linhas de financiamento
para o setor público

No primeiro semestre de 2020, destaca-se a implantação da modalidade de **giro isolado** da linha com recursos do Fungetur. Inicialmente, a linha atendia apenas micro e pequenas empresas, concedendo até R$ 1 milhão em giro isolado. Em virtude da pandemia de Covid-19, o Fungetur passou a atender empresas de todos os portes, conceder até R$ 30 milhões em crédito, aumentou prazos total e de carência e reduziu a taxa de juros, com o intuito de beneficiar os empresários do setor de turismo, que foram fortemente afetados pela crise.

A instituição oferece ainda dez linhas de financiamento voltadas para o setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Essas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer sua saúde financeira.

50

empresas receberam investimentos por meio de fundos de investimento em participações

39

estão localizadas no estado de São Paulo

4.2
Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente na Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A instituição opera com três fundos garantidores: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI).

4.3
Fundos de Desenvolvimento

A Desenvolve SP administra dez Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, sendo eles: Fundo de Aval (FDA), Fundo Estadual de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (Funcet), Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), Fundo de Desenvolvimento Econômico do Vale do Ribeira (FVR), Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac), Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec), Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides), Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundespar), Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista) e Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP).

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para a Desenvolve SP: Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (FUNDOVALE), Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Campinas (FUNDOCAMP), Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS) e Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (FUMEFI).

4.4
Fundos de Investimento em Participações

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial, em troca de sociedade nas mesmas. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definidos, assim como gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas selecionadas para esses investimentos.

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos dessa categoria: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial, Fundo Performa Investimentos SC-I, Fundo CRP Empreendedor e Fundo BBI Financial I.

Até 30 de junho de 2020, a Desenvolve SP investiu em 50 empresas por meio desses veículos, sendo 39 localizadas no estado de São Paulo.

No início do primeiro semestre, após aprovação de investimento da Desenvolve SP de até R$ 30 milhões de reais, iniciou-se a captação de parceiros estratégicos no intuito de se capitalizar novos Fundos de Investimento direcionados às empresas do Estado de São Paulo.

Os projetos visam empresas inovadoras, de setores de alta escalabilidade, que estejam enquadradas como pequenas ou médias empresas e que operem no Estado de São Paulo. Estão em pauta investimentos em empresas ligadas ao setor financeiro e de saúde, assim como empresas ligadas às novas economias, como a criativa e a circular.

Diante do atual cenário econômico e considerando que a gestão estratégica dos Fundos investidos pela Desenvolve SP, sobretudo sobre as empresas nascentes e inovadoras, vêm se mostrando uma ferramenta poderosa ao combate dos efeitos devastadores causados pela crise gerada pela pandemia de Covid-19, demonstra-se a importância do investimento via mercado de capitais em tais ativos para a economia do Estado e para seu futuro.

25
atendimentos de negócios
a pequenos e médios empresários paulistas

4.5 Parceiros

A Desenvolve SP, integrada com o Governo do Estado de São Paulo, participa ativamente de projetos governamentais de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista, atuando como instrumento financeiro nos seguintes programas:

- Programa Vale do Futuro;
- Programa de Crédito Turístico;
- Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP);
- Transformando Cidades;
- Programa São Paulo Inova;
- Programa de Apoio ao Setor Avícola;
- Programa Empreenda Rápido;
- Projeto Portal do Paranapanema (Fundespar);
- Programa Frota Nova;
- Programa Água Limpa;
- Iluminação Pública.

Além dos programas governamentais, a Desenvolve SP formalizou parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia em seus planos estratégicos:

- Sebrae-SP;
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Caixa Econômica Federal (CEF);
- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp);
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP).

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso aos financiamentos para micro, pequenas e médias empresas.

No primeiro semestre de 2020, foram realizadas 52 ações junto a parceiros, com a participação da Desenvolve SP em eventos como palestras, rodadas de atendimento, *workshops*, feiras de negócios, *lives* e outros. Ao todo, foram registrados 25 atendimentos de negócios a pequenos e médios empresários paulistas, além do público impactado pela divulgação dos eventos e ações de marketing, realizadas por correio eletrônico, junto aos associados das entidades parceiras.

Entre as ações, vale destacar as *lives*, apresentações realizadas via internet, com foco na divulgação da linha "Crédito Digital - BNDES Pequenas Empresas" para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e a linha Fungetur, do Programa de Crédito Turístico. Neste semestre, foram realizadas 20 *lives*.

Neste semestre, a Desenvolve SP também firmou parceria com a Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (ALSHOP), Colégio Notarial – Seção São Paulo e Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo (Sindi-Clube).

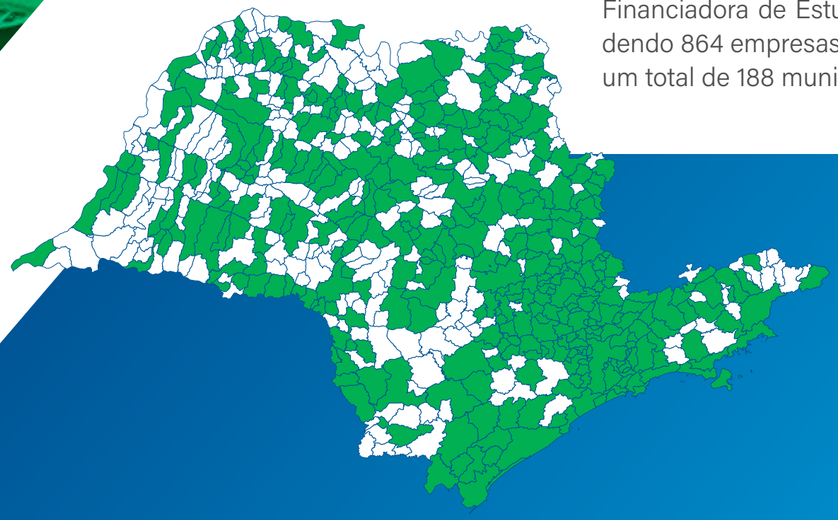
5

DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados desde 2009 totalizaram, em 30 de junho de 2020, o montante de R$ 3,9 bilhões, com um total de 6.429 operações, para 3.951 empresas e 168 prefeituras distribuídas em 407 municípios.

No primeiro semestre de 2020, esses desembolsos somaram R$ 362,4 milhões, sendo 66,3% liberados com recursos próprios, 30,1% com recursos do BNDES, 2,6% com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e 1,0 % com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), atendendo 864 empresas e 48 prefeituras, abrangendo um total de 188 municípios.



Desde 2009

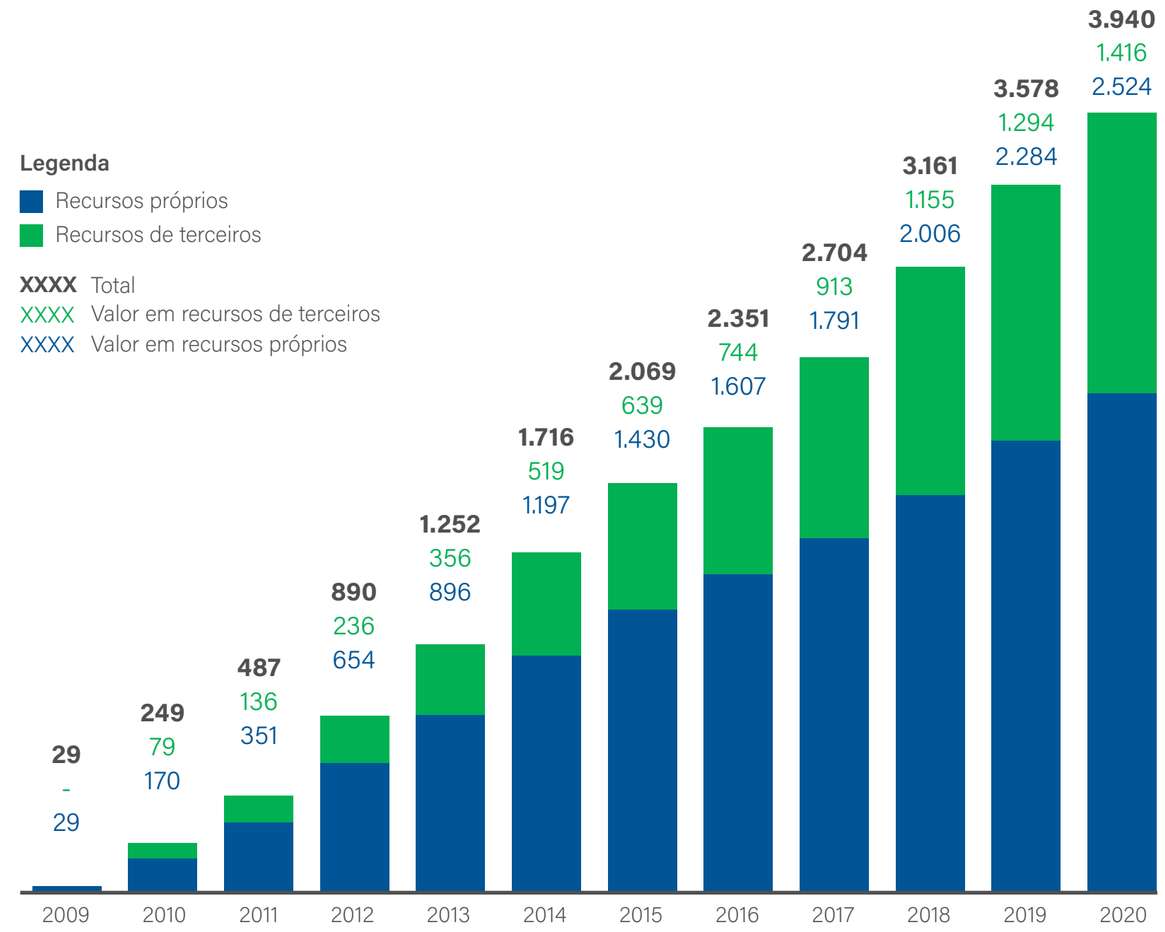
407

municípios receberam

R$ 3,9

bilhões

GRÁFICO 1 Composição do desembolso acumulado total



Fonte: Desenvolve SP

A Desenvolve SP desembolsou, desde 2019, R$ 343,1 milhões para financiamento de capital de giro. Neste semestre, 50,2% dos desembolsos foram destinados para capital de giro, 47,3% destinados a projetos de investimento, enquanto 2,5% foram para aquisição de máquinas e equipamentos. Esse cenário reflete as necessidades emergenciais das empresas paulistas no enfrentamento ao impacto econômico causado pela crise.

O setor de serviços teve 32,6% de participação no desembolso total do primeiro semestre de 2020, seguido pelo setor da indústria com 32,4%, setor de governo com 21,4%, setor de comércio com 13,2%, e setor do agronegócio com 0,4%.

Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que atingiram a marca de R$ 234,5 milhões no acumulado histórico, sendo que neste primeiro semestre foram desembolsados R$ 16,2 milhões. As micro e pequenas empresas representam 49,5% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2020 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O Crédito Digital, plataforma da Desenvolve SP que aprova financiamentos para capital de giro, atingiu o recorde de R$ 144,5 milhões desembolsados para 695 empresas no primeiro semestre de 2020, o que representou um aumento de 1.088% em desembolsos em relação ao mesmo período de 2019. No total, a modalidade atingiu R$ 333,4 milhões em empréstimos para 2.088 empresas paulistas desde 2016.

No Setor Público foram atendidas 48 prefeituras no primeiro semestre de 2020, totalizando 168 prefeituras no acumulado histórico. Foram desembolsados R$ 77,7 milhões nesse período, um aumento de 62,4% em comparação ao mesmo período de 2019.

5.2 Saldo das Operações de Crédito

Em 30 de junho de 2020, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R$ 1.441 milhões, com um crescimento de 14,5% quando comparado a junho de 2019.

As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 73,6% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.

Em relação ao porte, 74,3% do total da carteira referem-se às micro, pequenas e médias empresas.

A representatividade do saldo de carteira do setor público alcançou 21,1%.

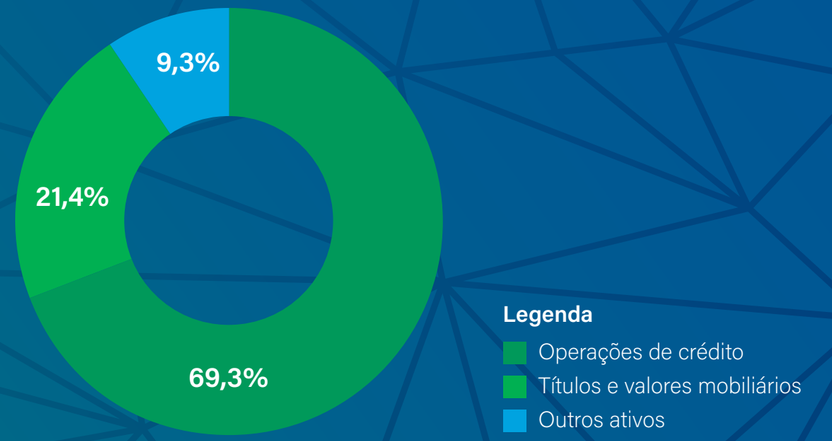
O índice de inadimplência, em 30 de junho de 2020, era de 1,85%.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO

A Desenvolve SP registrou no primeiro semestre de 2020 um lucro líquido de R$ 17,9 milhões.

Com Patrimônio Líquido de R$ 1.136 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2020, foi de 3,22%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$ 54,2 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R$ 22,9 milhões, gerando resultado operacional de R$ 31,3 milhões.

Em 30 de junho de 2020, o total de ativos alcançou R$ 1.937 milhões, composto por 69,3% de operações de crédito (57,7% de recursos próprios e 42,3% com recursos de terceiros), 21,4% de títulos e valores mobiliários e 9,3% de outros ativos.



DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

- Ações para enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia de Covid-19
- Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) revisada, tendo em vista a necessidade de adequação aos ODS
- Assinatura do convênio entre o Banco do Povo Paulista e o Sebrae-SP para operacionalização do Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios
- Patrocínio ao projeto "Guia de Investimentos São Paulo 2020/2021"
- Ações internas para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- Recorde de desembolso no Crédito Digital: R$144,5 milhões em um semestre
- Recorde de 863 operações realizadas em um semestre
- Recorde de R$ 362,3 milhões desembolsados em um semestre
- Recorde de desembolso através do fundo Banco do Povo Paulista: R$ 153,6 milhões em um semestre

* Composição do Conselho Fiscal em 30/06/2020. A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 31/07/2020, elegeu os membros para compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato. Os eleitos estão em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
Diretor Presidente,
Diretor Financeiro e de
Crédito – em exercício, e
Diretor Administrativo, de Projetos
e Processos – em exercício

LUCIA HELENA DA SILVA
Diretora de Negócios e Fomento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Brás Matos Macedo
Presidente

Adailton Cesar da Costa Martins

Eduardo Marson Ferreira

Francisco Vidal Luna

Lídia Goldenstein

Luciana Leal Coelho

Nelson Antônio de Souza

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza
Diretor Presidente, Diretor Financeiro e
de Crédito em exercício e Diretor Administrativo,
de Projetos e Processos em exercício

Lucia Helena da Silva
Diretora de Negócios e Fomento

COMITÊ DE AUDITORIA

Francisco Vidal Luna
Presidente

Izaura Antunes de Sá Finzetto

Jerônimo Antunes

Walter M. Machado de Barros

CONSELHO FISCAL *

Efetivos:

Roberto Yoshikazu Yamazaki

Rubens Peruzin

Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo

Suplentes:

Gustavo Carvalho Tapia Lira

Nelson Okamura

Aparecida Massako Funagoshi Bovi

Ademar Bueno da Silva Júnior

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Karen Kemely Mussi Mhereb
Contadora CRC 1SP327691/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvolve SP em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Desenvolve SP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para perdas esperadas associadas ai risco de crédito no montante de R$97.803 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo "AA" para risco mínimo e "H" para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP, as quais consideraram os impactos da regulamentação do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Efetuamos o recalculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis e o entendimento dos procedimentos adotados pela administração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a regulamentação do Banco Central do Brasil decorrente das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperada associada ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Conforme nota explicativa nº 13, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R$57.288 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da pandemia da COVID-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Desenvolve SP é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenvolve SP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Desenvolve SP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Desenvolve SP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenvolve SP;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenvolve SP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenvolve SP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Balanço patrimonial

ATIVO	NOTA	30.06.2020	31.12.2019	PASSIVO	NOTA	30.06.2020	31.12.2019
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	**48.797**	**18.803**	**DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**		**760.971**	**657.850**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**1.807.585**	**1.731.311**	Recursos de Repasse	9a	613.698	561.189
Títulos e Valores Mobiliários	5	366.712	462.733	Outros Passivos Financeiros	9b	147.273	96.661
Operações de Crédito	6a	1.440.873	1.268.578	**PROVISÕES**	15	**1.807**	**1.614**
PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO		**(97.821)**	**(83.241)**	**OUTROS PASSIVOS**	10	**38.649**	**20.275**
Operações de Crédito	6a e 6e	(97.803)	(83.223)				
Outros Créditos		(18)	(18)				
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	13b	**57.288**	**52.904**				
OUTROS ATIVOS		**90.888**	**48.404**				
Outros Valores e Bens	7a	46.144	44.616				
Outros Créditos	7b	44.744	3.788				
IMOBILIZADO DE USO	8a	**33.718**	**33.642**				
INTANGÍVEL	8b	**5.444**	**5.444**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**1.136.079**	**1.122.419**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		**(5.538)**	**(5.109)**	Capital	11	1.041.977	1.041.977
Imobilizado		(3.146)	(2.848)	Reservas de lucros		94.102	80.442
Intangível		(2.392)	(2.261)				
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	**(2.855)**	**-**				
TOTAL DO ATIVO		**1.937.506**	**1.802.158**	**TOTAL DO PASSIVO**		**1.937.506**	**1.802.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados

	NOTA	30.06.2020	30.06.2019
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**88.135**	**92.188**
Operações de crédito	6b	69.551	70.709
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		18.584	21.479
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(33.947)**	**(42.841)**
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(16.489)	(23.680)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(17.458)	(19.161)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**54.188**	**49.347**
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		**(21.909)**	**(22.603)**
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	12a	14.101	6.221
Despesas de pessoal	12b	(22.531)	(18.217)
Outras despesas administrativas	12c	(9.426)	(7.373)
Despesas tributárias	12d	(4.714)	(3.914)
Outras receitas operacionais		666	896
Outras despesas operacionais		(5)	(216)
DESPESAS DE PROVISÕES		**(943)**	**(1)**
Trabalhista		(184)	(1)
Outras		(759)	-
RESULTADO OPERACIONAL		**31.336**	**26.743**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(2.103)**	**11**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**29.233**	**26.754**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**13**	**(10.075)**	**(6.633)**
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		**(1.243)**	**(1.203)**
RESULTADO LÍQUIDO		**17.915**	**18.918**
Nº DE AÇÕES		**1.000.000.000**	**1.000.000.000**
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		**0,017915**	**0,018918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangente

	30.06.2020	30.06.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	17.915	18.918
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**17.915**	**18.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	ESPECIAL DE LUCRO		
SALDOS EM 31/12/2018	**1.016.035**	**15.963**	**28.215**	**-**	**1.060.213**
AUMENTO DE CAPITAL	25.942	-	-	-	25.942
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-		-	18.918	18.918
DESTINAÇÕES:					
Reservas	-	946	6.927	(7.873)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	6.552	(11.045)	(4.493)
SALDOS EM 30/06/2019	**1.041.977**	**16.909**	**41.694**	**-**	**1.100.580**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**25.942**	**946**	**13.479**	**-**	**40.367**

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL	ESPECIAL DE LUCRO		
SALDOS EM 31/12/2019	1.041.977	18.341	62.101	-	1.122.419
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	17.915	17.915
DESTINAÇÕES:					
Reservas	-	896	12.764	(13.660)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.255)	(4.255)
SALDOS EM 30/06/2020	**1.041.977**	**19.237**	**74.865**	**-**	**1.136.079**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**-**	**896**	**12.764**	**-**	**13.660**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

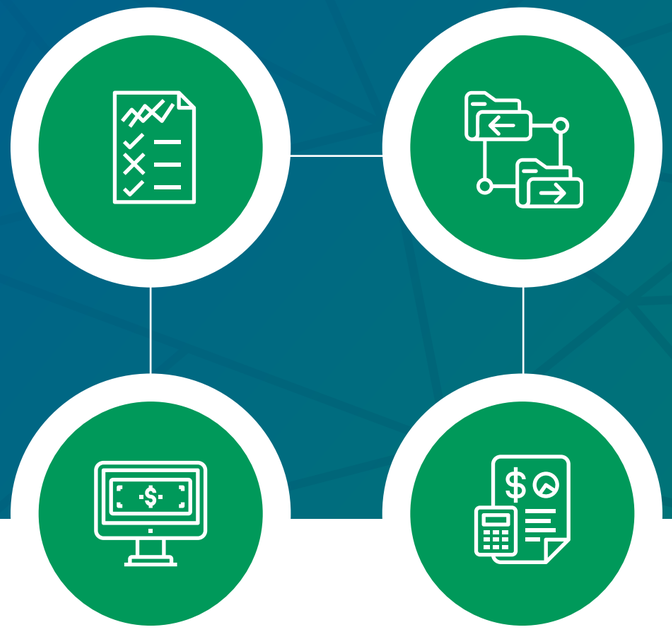
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	30.06.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÕES	**29.233**	**26.754**
AJUSTES AO LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**21.076**	**19.939**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.458	19.161
Depreciação e amortização	429	424
Provisão para desvalorização de títulos livres	141	353
Constituição de perdas por impairment de ativos	2.855	-
Provisão para passivos contigentes	193	1
LUCRO AJUSTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**50.309**	**46.693**
VARIAÇÃO ATIVO/PASSIVO	**(14.156)**	**(98.705)**
(Aumento)/redução em TVM	95.880	(39.320)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(175.173)	13.100
(Aumento)/redução créditos tributários	(4.384)	(905)
(Aumento)/redução outros créditos	(40.956)	(55.530)
(Aumento)/redução outros valores e bens	(1.528)	(641)
(Aumento)/redução depósitos	(11)	-
(Aumento)/redução obrigações por empréstimos e repasses	52.509	(18.189)
(Aumento)/redução outras obrigações	64.847	6.895
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.340)	(4.115)

	30.06.2020	31.12.2019
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**36.153**	**(52.012)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado de uso	(76)	(79)
Aplicações no intangível	-	(300)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(76)**	**(379)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior	(4.361)	(2.063)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.722)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(6.083)**	**(2.063)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**29.994**	**(54.454)**
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**18.803**	**77.128**
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	**48.797**	**22.674**
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**29.994**	**(54.454)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



1
Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição") é uma instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo – SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor, podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2
Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN n.º 4.720/2019, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Circular n.º 3.959/2019 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01.01.2020. As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data da sua entrada em vigor, quais sejam:

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO		DATA DA DIVULGAÇÃO	IASB	BACEN RESOLUÇÃO CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	7/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	7/12/12	IAS 13	4.748/19

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 18 de agosto de 2020, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3
Principais práticas contábeis

a
Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva somente na data do seu recebimento.

b
Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c
Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

Em 30 de junho de 2020 e 2019, a instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA – H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d
Outros Valores e Bens

Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e
Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f
Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda – IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13 b, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

g
Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h
Provisões, ativos e passivos contingentes

A instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

i
Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências de que o valor contábil pode não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4
Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades em moeda nacional	17	4
Disponibilidades em moeda estrangeira	48	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	48.732	18.799
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**48.797**	**18.803**

5
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a
Composição da carteira

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	273.520	273.520	110.985	274.000	384.985
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	1.962	88.702	90.664	-	76.785	76.785
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	1.429	3.103	4.532	-	2.826	2.826
(-) Provisões para desvalorizações	(1.568)	(436)	(2.004)	-	(1.863)	(1.863)
TOTAL	**1.823**	**364.889**	**366.712**	**110.985**	**351.748**	**462.733**

b
Cotas de fundos de investimento em participações

FUNDO	30.06.2020				31.12.2019			
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	VALOR CONTÁBIL	PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	VALOR CONTÁBIL	PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO
Inovação Paulista	25.000	24.278	33.889	(355)	25.000	23.821	33.432	-
BBI Financial I	10.000	9.780	29.701	(20)	10.000	9.600	24.019	(108)
CRP Empreendedor	10.000	5.267	12.229	-	10.000	5.285	9.047	(19)
Aeroespacial	15.000	8.894	12.883	(61)	15.000	7.843	8.339	(700)
Performa Investimentos SC I	2.000	1.962	1.962	(1.440)	2.000	1.948	1.948	(1.031)
TOTAL	**62.000**	**50.181**	**90.664**	**(1.886)**	**62.000**	**48.497**	**76.785**	**(1.858)**

6
Operações de crédito

a
Carteira por modalidade

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Financiamentos	173.193	689.530	862.723	158.540	642.975	801.515
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	90.239	164.164	254.403	91.996	146.487	238.483
Empréstimos	111.911	211.766	323.677	122.216	106.295	228.511
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	70	-	70	69	-	69
Total da Carteira de Crédito	**375.413**	**1.065.460**	**1.440.873**	**372.821**	**895.757**	**1.268.578**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(23.482)	(74.321)	(97.803)	(17.584)	(65.639)	(83.223)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO LÍQUIDO DE PROVISÕES	**351.931**	**991.139**	**1.343.070**	**355.237**	**830.118**	**1.185.355**

b
Receitas de operações de crédito

	30.06.2020	30.06.2019
Financiamentos	34.682	40.105
Empréstimos	18.492	14.879
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	14.011	14.354
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.365	1.368
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1	3
TOTAL	**69.551**	**70.709**

c

Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2020	PARTICIPAÇÃO	31.12.2019	PARTICIPAÇÃO
SETOR PÚBLICO	**303.762**	**21%**	**277.573**	**22%**
Administração direta	303.762	21%	277.573	22%
Atividades empresariais	-	-	-	-
SETOR PRIVADO	**1.137.111**	**79%**	**991.005**	**78%**
Outros serviços	584.561	41%	528.107	42%
Indústria	332.836	23%	298.687	23%
Comércio	212.880	15%	153.431	12%
Pessoas físicas	5.684	-	7.118	1%
Rural	1.150	-	3.662	-
TOTAL	**1.440.873**	**100%**	**1.268.578**	**100%**

d
Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL										30.06.2020	31.12.2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL DA CARTEIRA	TOTAL DA CARTEIRA
PARCELAS VINCENDAS	**427.054**	**345.998**	**249.366**	**260.598**	**32.599**	**11.958**	**9.151**	**52.469**	**14.998**	**1.404.191**	**1.244,979**
01 a 30	11.565	5.009	3.688	2.990	579	323	173	635	28	24.990	54.847
31 a 60	9.746	5.844	3.783	3.428	473	318	299	557	223	24.671	28.329
61 a 90	9.765	5.808	3.903	3.563	403	382	300	529	209	24.862	28.470
91 a 180	31.432	24.694	18.225	15.394	1.690	1.359	923	1.583	673	95.973	89.711
181 a 360	60.463	46.586	36.335	32.683	3.298	2.228	1.126	3.423	1.203	187.345	161.813
Acima de 360	304.083	258.057	183.432	202.540	26.156	7.348	6.330	45.742	12.662	1.046.350	881.809
PARCELAS VENCIDAS	**-**	**41**	**1.150**	**59**	**59**	**-**	**-**	**2**	**-**	**1.311**	**2.230**
01 a 30	-	41	1.149	43	57	-	-	1	-	1.291	1.876
31 a 60	-	-	1	16	2	-	-	1	-	20	354
SUBTOTAL	**427.054**	**346.039**	**250.516**	**260.657**	**32.658**	**11.958**	**9.151**	**52.471**	**14.998**	**1.405.502**	**1.247.209**

OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL [a]										30.06.2020	31.12.2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL DA CARTEIRA	TOTAL DA CARTEIRA
PARCELAS VINCENDAS	-	-	-	-	**7.302**	**3.246**	**2.434**	**2.616**	**12.702**	**28.300**	**18.181**
01 a 30	-	-	-	-	291	60	224	111	292	978	413
31 a 60	-	-	-	-	284	60	224	110	285	963	404
61 a 90	-	-	-	-	245	60	223	109	233	870	382
91 a 180	-	-	-	-	648	180	492	296	675	2.291	1.142
181 a 360	-	-	-	-	1.257	351	635	509	1.335	4.087	1.893
Acima de 360	-	-	-	-	4.577	2.535	636	1.481	9.882	19.111	3.947
PARCELAS VENCIDAS	**-**	-	-	-	**919**	**351**	**1.247**	**790**	**3.764**	**7.071**	**3.188**
01 a 30	-	-	-	-	299	65	230	112	298	1.004	416
31 a 60	-	-	-	-	307	72	231	114	297	1.021	511
61 a 90	-	-	-	-	313	72	245	115	300	1.045	522
91 a 180	-	-	-	-	-	129	530	388	901	1.948	880
181 a 360	-	-	-	-	-	13	11	61	1.499	1.584	751
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	469	469	108
SUBTOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.221**	**3.597**	**3.681**	**3.406**	**16.466**	**35.371**	**21.369**
TOTAL	**427.054**	**346.039**	**250.516**	**260.657**	**40.879**	**15.555**	**12.832**	**55.877**	**31.464**	**1.440.873**	**1.268.578**

[a] Operações vencidas acima de 59 dias.

e
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

			30.06.2020		31.12.2019
NÍVEL DE RISCO	PROVISÃO %	VALOR DAS OPERAÇÕES	PROVISÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES	PROVISÃO
AA[a]	-	427.054	-	445.076	-
A	0,5	346.037	(1.730)	337.210	(1.686)
B	1,0	250.516	(2.505)	172.190	(1.722)
C	3,0	260.657	(7.820)	170.662	(5.120)
D	10,0	40.880	(4.088)	30.813	(3.081)
E	30,0	15.556	(4.667)	26.097	(7.829)
F	50,0	12.833	(6.416)	11.763	(5.882)
G	70,0	55.878	(39.115)	56.212	(39.348)
H	100,0	31.462	(31.462)	18.555	(18.555)
TOTAL		**1.440.873**	**(97.803)**	**1.268.578**	**(83.223)**

[a] As operações com Municípios do Estado de São Paulo tiveram alteração de rating operação, de "A" para "AA", a partir da data-base de junho/2019, inclusive para as operações vigentes.

f
Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30.06.2020	31.12.2019
SALDO INICIAL	**83.223**	**108.053**
Créditos baixados para prejuízo	(2.878)	(46.088)
Provisão constituída	17.458	21.258
SALDO FINAL	**97.803**	**83.223**

g
Informações complementares

	30.06.2020	31.12.2019
Créditos renegociados [a]	269.034	61.027
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	2.365	1.999

[a] Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7
Outros Ativos

a
Outros Valores e Bens

	CUSTO	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	CUSTO LÍQUIDO DE PROVISÃO	
			30.06.2020	31.12.2019
Bens não de uso próprio - Imóveis	45.975	(2.104)	43.870	44.489
Bens não de uso próprio - Veículos	-	-	-	60
Despesas antecipadas	169	-	169	67
TOTAL	**46.144**	**(2.104)**	**44.039**	**44.616**

b
Outros Créditos

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Títulos e Créditos a receber [a]	40.059	-	40.059	-	-	-
Devedores Diversos - País	1.845	-	1.845	2.120	-	2.120
Rendas a receber	1.323	-	1.323	1.038	-	1.038
Adiantamentos e antecipações salarias	818	-	818	41	-	41
Devedores por compra de valores e bens	34	143	177	26	149	175
Outros	522	-	522	414	-	414
TOTAL	**44.601**	**143**	**44.744**	**3.639**	**149**	**3.788**

[a] Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, cuja liquidação financeira ocorreu em 16/07/2020.

8
Imobilizado de Uso e Intangível

a
Imobilizado de Uso

	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO	PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	CUSTO LÍQUIDO DE DEPRECIAÇÃO	
					30/06/2020	31/12/2019
IMÓVEIS DE USO:						
Terrenos	-	11.600	-	-	11.600	11.600
Edificações	1,67%	20.161	(1.880)	(751)	17.530	18.492
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.511	(949)	-	562	576
Sistema de Processamento de Dados	20%	127	(108)	-	19	29
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	192	(133)	-	59	51
Instalações	10%	127	(76)	-	51	46
TOTAL EM 30/06/2020		**33.718**	**(3.146)**	**(751)**	**29.821**	**-**
TOTAL EM 31/12/2019		**33.642**	**(2.848)**	**-**	**-**	**30.794**

b
Intangível

	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	CUSTO LÍQUIDO DE AMORTIZAÇÃO	
			30.06.2020	31.12.2019
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS:				
Software	5.444	(2.392)	3.052	3.183
TOTAL EM 30/06/2020	**5.444**	**(2.392)**	**3.052**	**-**
TOTAL EM 31/12/2019	**5.444**	**(2.261)**	**-**	**3.183**

9
Depósitos e demais instrumentos financeiros

a
Recursos de repasses

					30.06.2020			31.12.2019
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	5.144	42.643	59.072	323.016	429.875	70,05	371.292	66,16
Outras instituições oficiais	2.664	13.340	16.307	118.686	150.997	24,60	152.657	27,20
FINAME	963	4.685	5.920	21.078	32.826	5,35	37.240	6,64
TOTAL	**8.771**	**60.848**	**81.299**	**462.780**	**613.698**	**100,00**	**561.189**	**100,00**

b
Outros passivos financeiros

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
RECURSOS PARA DESTINAÇÃO ESPECÍFICA [a]						
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	105.723	-	105.723	54.981	-	54.981
Programa Água Limpa	325	24.842	25.167	265	24.381	24.646
Programa Frota Nova Município	1.955	10.707	12.662	1.930	11.498	13.428
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	1.289	1.666	2.955	1.350	1.310	2.660
Programa Renova SP	183	527	710	260	619	879
SUBTOTAL	**109.475**	**37.742**	**147.217**	**58.786**	**37.808**	**96.594**
Depósitos vinculados	56	-	56	67	-	67
TOTAL	**109.531**	**37.742**	**147.273**	**58.853**	**37.808**	**96.661**

[a] Referem-se a recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento, e pelo Ministério do Turismo para a concessão de operações de crédito

10
Outros passivos

	30.06.2020			31.12.2019		
	CICULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Sociais e estatutárias(a)	3.712	-	3.712	6.280	-	6.280
Fiscais e previdenciárias (b)	15.327	1.897	17.224	3.941	1.646	5.587
Outras Obrigações (c)	17.298	415	17.713	7.877	531	8.408
TOTAL	**36.337**	**2.312**	**38.649**	**18.098**	**2.177**	**20.275**

a
Sociais e estatutárias

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Juros sobre o capital próprio	2.532	-	2.532	4.361	-	4.361
Participação nos lucros	1.180	-	1.180	1.919	-	1.919
TOTAL	**3.712**	**-**	**3.712**	**6.280**	**-**	**6.280**

b
Fiscais e previdenciárias

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Imposto de Renda	5.257	-	5.257	-	-	-
Contribuição Social	4.440	-	4.440	842	-	842
Impostos e contribuições sobre salários	2.826	115	2.941	2.302	129	2.431
COFINS	2.280	-	2.280	573	-	573
Impostos e contribuições diferidos	-	1.782	1.782	-	1.517	1.517
PIS	371	-	371	93	-	93
Outros	153	-	153	131	-	131
TOTAL	**15.327**	**1.897**	**17.224**	**3.941**	**1.646**	**5.587**

c
Outras Obrigações

	30.06.2020			31.12.2019		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Credores por Créditos a Realizar [(i)]	6.686	-	6.686	-	-	-
Provisões para despesas de pessoal	3.981	410	4.391	3.019	423	3.442
Fornecedores	2.816	-	2.816	2.284	-	2.284
Provisões para despesas administrativas	1.924	-	1.924	1.670	-	1.670
Credores diversos	1.153	5	1.158	544	108	652
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	656	-	656	186	-	186
Cobrança e arrecadação de tributos	82	-	82	174	-	174
TOTAL	**17.298**	**415**	**17.713**	**7.877**	**531**	**8.408**

[(i)] Referem-se à diferença entre o valor dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos, em 15/07/2020.

11
Patrimônio líquido

a
Capital social

O capital social de R$1.041.977 está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b
Reserva Legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram destinados para essa reserva o montante de R$896 (R$946 em 2019).

c
Reserva especial de lucro

A reserva especial de lucro é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração.

d
Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

No 1º semestre de 2019, os juros sobre o capital próprio foram calculados em conformidade com os limites previstos na IN RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017. No 1º semestre de 2020, em decorrência da Resolução CMN nº. 4.820, os juros sobre o capital próprio foram limitados aos 25% do lucro líquido ajustado, correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório.

	1º SEM/2020	1º SEM/2019
Lucro Líquido	17.915	18.918
(-) Reserva Legal	(896)	(946)
Base de Cálculo Ajustada	**17.019**	**17.972**
Juros sobre o capital próprio	4.255	11.045

e
Lucro por ação

	30.06.2020	30.06.2019
Lucro líquido do período	17.915	18.918
Número de Ações	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R$)	**0,01792**	**0,01892**

12
Desdobramento das contas de resultado

a
Receitas de Prestação de Serviços

	30.06.2020	30.06.2019
Administração de Fundos de Desenvolvimento	6.897	4.646
Rendas de tarifas bancárias	7.204	1.575
TOTAL	**14.101**	**6.221**

b
Despesas de pessoal

	30.06.2020	30.06.2019
Proventos	(12.056)	(9.865)
Encargos sociais	(4.199)	(3.719)
Benefícios	(4.854)	(3.356)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.142)	(1.073)
Treinamento	(142)	(111)
Estagiários	(138)	(93)
TOTAL	**(22.531)**	**(18.217)**

c
Outras despesas administrativas

	30.06.2020	30.06.2019
Serviços técnicos especializados	(2.776)	(1.479)
Processamentos de dados	(2.133)	(1.783)
Patrocínios e relações públicas [a]	(930)	(683)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza etc.)	(803)	(651)
Manutenção e conservação de bens	(471)	(375)
Vigilância e segurança	(370)	(355)
Serviços de terceiros	(320)	(305)
Transporte	(271)	(312)
Depreciação	(298)	(301)
Materiais de Escritório	(184)	(60)

	30.06.2020	30.06.2019
Publicações	(155)	(169)
Propaganda e publicidade [a]	(145)	(280)
Amortização	(131)	(123)
Serviços do sistema financeiro	(127)	(110)
Comunicações	(125)	(99)
Água, energia e gás	(90)	(106)
Viagem no país	(50)	(56)
Seguros	(47)	(46)
Contribuições filantrópicas	-	(80)
TOTAL	**(9.426)**	**(7.373)**

[a] Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

d
Despesas tributárias

	30.06.2020	30.06.2019
Contribuição ao COFINS	(3.360)	(2.972)
Contribuição ao PIS	(546)	(483)
ISSQN	(498)	(172)

	30.06.2020	30.06.2019
IPTU	(302)	(246)
Outras	(8)	(41)
TOTAL	**(4.714)**	**(3.914)**

13
Imposto de renda e contribuição social

a
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30.06.2020		30.06.2019	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.233	29.233	26.754	26.754
Participação dos empregados	(1.243)	(1.243)	(1.203)	(1.203)
Resultado após a participação dos empregados	27.990	27.990	25.551	25.551
Alíquotas vigentes*	**25%**	**20%**	**25%**	**15%**
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes**	**(6.998)**	**(5.271)**	**(6.388)**	**(3.833)**
Adições	(6.215)	(3.693)	(5.850)	(3.474)
Exclusões	3.773	2.257	4.836	2.860
Incentivos Fiscais	51	-	87	-
Prorrogação de licença maternidade	200	-	36	-
Juros sobre capital próprio	1.064	638	2.761	1.657
Imposto de Renda e CSLL	**(8.125)**	**(6.069)**	**(4.518)**	**(2.790)**
Ativo Fiscal Diferido	2.350	2.033	565	339
Passivo fiscal diferido	(147)	(117)	(143)	(86)
DESPESA DE IR E CSLL	**(5.922)**	**(4.153)**	**(4.096)**	**(2.537)**

* Conforme Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020;

* *Apuração da CSLL, conforme § 1º , do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.

b
Créditos tributários

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	31.12.2019	BAIXA	CONSTITUIÇÃO	30.06.2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	50.935	(5.596)	7.929	53.268
Rendas de atraso	-	-	1.199	1.199
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	947	947
Provisões para desvalorização de títulos livres	839	(375)	438	902
Provisões para passivos contingentes	726	-	87	813
Provisões para despesas administrativas	404	(245)	-	159
Total dos créditos tributários diferidos	**52.904**	**(6.216)**	**10.600**	**57.288**
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	1.517	-	264	1.781
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS DIFERIDAS	**1.517**	**-**	**264**	**1.781**

No semestre, foram constituídos créditos tributários relativos às rendas de operações em atraso e às provisões para desvalorização de bens não de uso que foram adicionados à base de cálculo do Lucro Real para apuração dos tributos. As baixas das rendas de operações em atraso ocorrerão de acordo com a realização dos créditos relativos à provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a realização das provisões para redução ao valor recuperável de ativos serão realizadas, conforme a alienação dos respectivos bens.

A expectativa de realização dos créditos, relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	ACIMA DE 2024	TOTAL
Valor nominal	4.751	24.439	7.938	5.207	4.701	10.252	57.288
Valor presente	4.689	23.603	7.365	4.579	3.900	7.564	51.700

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre todos os créditos tributários foram ativados.

14 Transações com partes relacionadas

A instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo, com 99,998% das ações.

Os custos com o pessoal-chave da instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2020	30.06.2019
Benefícios de Curto Prazo	**6.637**	**5.069**
Superintendentes	5.319	3.585
Diretoria	555	830
Conselho de Administração	338	355
Comitê de Auditoria	288	171
Conselho Fiscal	137	128
Outros Benefícios de Longo Prazo	**101**	**95**
Diretoria	101	95
TOTAL	**6.738**	**5.164**

15 Provisões a Contingências

Conforme determinado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

NATUREZA	31.12.2019	BAIXA	CONSTITUIÇÃO	30.06.2020
Trabalhista	941	-	184	1.125
Cível	673	-	9	682
TOTAL	**1.614**	**-**	**193**	**1.807**

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

NATUREZA	30.06.2020	31.12.2019
Trabalhista	768	510
Cível	886	883
TOTAL	**1.393**	**1.496**

A instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

16
Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

17
Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

18
Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

19
Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/, no site da instituição.

a
Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1). A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b
Estrutura de Sistemas

O sistema interno deve abranger todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e deve possibilitar a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

c
Validação de Sistemas

Mensalmente, devem ser realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

20
Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital e o Programa de Testes de Estresse a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a
Risco de Crédito

A gestão do crédito está definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- Superintendência de Crédito (Sucre): unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição;
- Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob): ligada à Diretoria de Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup): por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito consiste na modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD}, calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b
Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional deve prever, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD}, conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c
Risco de Liquidez

Na instituição, os procedimentos para o controle de liquidez são realizados diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d
Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e
Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f
Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.
São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação de capital futura.

21
Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o Risco de Taxas de Juros das Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação (R_{BAN}).

22
Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

23
Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a instituição destaca valor de seu Patrimônio de Referência (PR) para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital.

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A RAS da instituição impõe o limite mínimo para o Índice de Basileia de 20%, contra o mínimo de 8% determinado pelo Bacen.

Nesse sentido, a instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R$ MIL	
	30.06.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.133.028	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA	783.028	769.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	783.028	769.236
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.133.028	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	0	0
CAPITAL PRINCIPAL	1.133.028	1.119.236
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.822	30.794
PARCELA RWA_{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.479.281	1.477.596
PARCELA RWA_{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	132	0
PARCELA RWA_{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	252.616	253.564
PARCELA R_{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.912	762
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + $RWA_{OPAD)}$	1.732.029	1.731.160
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	252.616	353.824
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (até 03/2020 = 2,5%; a partir de 04/2020 = 1,25%)	43.279	21.650
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP	620.903	586.702
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8%; Além disso, deve haver mais 2,5% para ACP)	**45,21%**	**44,43%**
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	**45,21%**	**44,43%**
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	**45,21%**	**44,43%**

24
Análise de Sensibilidade

A instituição classifica todas as suas operações, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

Desta forma, a realização de testes de estresse da carteira bancária segue o que determina o Bacen, por meio da Circular nº 3.365, de 14/9/2007, que dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos das curvas de juros, em quantos pontos percentuais seria necessário elevar as taxas dessas curvas para que fosse registrada uma perda de 5%, 10% e 20% do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados diariamente para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
NÚMERO DE PONTOS PERCENTUAIS DE CHOQUES PARALELOS DE TAXA DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	**CENÁRIO 1**	**CENÁRIO 2**	**CENÁRIO 3**
Taxa de juros pré-fixada	40,21	213,09	-
Cupom de taxa de juros - TJLP	-	-	-
Cupom de taxa de juros - TLP	-	-	-
Cupom de índice de preço - IPCA	14,66	50,21	-
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	26,74	112,88	-
Cupom de índice de preço -INPC	-	-	-
Fundos de investimento de renda fixa	289,29	-	-

Nota: Pontos percentuais não informados referem-se à impossibilidade de mensurar a estimativa, devido ao fato de o valor da exposição ser menor que o valor de perda previsto no cenário.

Cenário 1: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 5% do PR (R$ 39,2 milhões).

Cenário 2: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 10% do PR (R$ 78,3 milhões).

Cenário 3: Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 20% do PR (R$ 156,6 milhões).

25
Outras Informações

a
Efeitos da Pandemia - COVID-19

A instituição monitora os efeitos desta pandemia, que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, além de ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho em *home office*, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas do Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito, sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, a Desenvolve SP identificou o aumento em operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia continuarão a ser acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

- Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
- operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), portanto a taxa de inadimplência tem se mantido estável. Poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da crise, na medida em que a situação econômica se agrave. Deve-se ressaltar que a instituição não alterou a sua política de crédito em função da pandemia, bem como todas as suas operações de crédito são garantidas, no entanto, podem acontecer desafios significativos ao tomar posse e realizar o valor advindo de garantias relacionadas com operações inadimplentes.

26
Eventos subsequentes

No dia 31 de julho de 2020, a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R$12.925, relativos aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019, que estavam aguardando a sua destinação, cuja autorização ainda se encontra pendente no Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA DESENVOLVE SP

Introdução

Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações contábeis do exercício (semestral e anual), e com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas. Assim, dentre as principais atribuições, constam as seguintes:

Demonstrações Contábeis e Controles Internos

- revisar, previamente à divulgação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatórios do auditor independente;
- analisar, em conjunto com a empresa de auditoria independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, bem como quaisquer mudanças significativas na aplicação ou escolha de tais políticas, práticas e princípios;
- avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos existentes na Desenvolve SP.

Auditoria Interna e Auditoria Independente

- supervisionar tecnicamente as atividades da Auditoria Interna;
- recomendar à administração da instituição a empresa a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a sua eventual substituição;
- avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- verificar, por ocasião das suas reuniões, o cumprimento das recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos das auditorias independente e interna, formalizando em atas os conteúdos de tais encontros.

Órgãos Colegiados

- manter relações de trabalho com o Conselho de Administração e com a Diretoria Colegiada, ficando assegurado aos membros do Comitê de Auditoria o recebimento de toda informação que se faça necessária, que deverá ser prestada de forma completa e fidedigna;
- recomendar à Diretoria Colegiada da instituição a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores independentes e a Diretoria Colegiada.

Secretaria do Comitê de Auditoria

Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por quatro membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em 13/04/2020, foi empossado novo membro do Comitê de Auditoria, a Sra. Izaura Antunes de Sá Finzetto, eleita em reunião do Conselho de Administração, realizada em 05/03/2020.

São membros do Comitê:

- Francisco Vidal Luna – Presidente;
- Izaura Antunes de Sá Finzetto;
- Jerônimo Antunes;
- Walter M. Machado de Barros.

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP é assistido pela Superintendência da Governança e Planejamento da Desenvolve SP, que, dentre suas funções, cabe:

- preparar e encaminhar as convocações para as reuniões do Comitê;
- preparar e distribuir a documentação relativa à ordem do dia;
- redigir as atas correspondentes às discussões e deliberações do Comitê, colher as assinaturas e promover a distribuição das respectivas cópias;
- guardar e manter em ordem o livro das atas das reuniões do Comitê e outros documentos pertinentes ao seu funcionamento;
- tomar todas as providências administrativas necessárias à realização das reuniões do Comitê; e
- providenciar a participação de Diretores, colaboradores e consultores da Desenvolve SP, nas reuniões do Comitê, quando solicitado pelo Presidente.

Atividades realizadas no período

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- Relatório Semestral: início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações contábeis anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações contábeis do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.
- Relatório Anual: início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações contábeis anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações contábeis anuais do exercício social subsequente.

O Comitê de Auditoria se reuniu 08 vezes entre março de 2020 a agosto de 2020, realizando 60 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente e sua Diretoria Colegiada, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações contábeis semestrais e anuais.

Recomendações apresentadas à diretoria e ao conselho de administração

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos, e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A empresa de Auditoria Externa BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples é responsável pelo exame das demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações contábeis. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações contábeis da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2020, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações contábeis, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

Conclusões

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao período findo em 30 de junho de 2020.

São Paulo, 25 de agosto de 2020.

Francisco Vidal Luna
Presidente do Comitê de Auditoria

Izaura Antunes de Sá Finzetto
Membro do Comitê de Auditoria

Jerônimo Antunes
Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parecer do Conselho de Administração

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2020, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, em que recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da instituição, e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 26 de agosto de 2020.

Roberto Brás Matos Macedo
Presidente

Adailton Cesar da Costa Martins
Conselheiro

Eduardo Marson Ferreira
Conselheiro

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Lídia Goldenstein
Conselheira

Luciana Leal Coelho
Conselheira

Nelson Antônio de Souza
Conselheiro

DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Fazenda e Planejamento

www.desenvolvesp.com.br